

REFLEXÕES SOBRE A INFORMÁTICA NO PROCESSO EDUCATIVO

Diego A. Salcedo

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Graduando no Departamento de Ciência da Informação

e-mail: w159444x@gmail.com

A importância da informação e da comunicação para o relacionamento humano, a velocidade e instabilidade dos sistemas tecnológicos de informação e comunicação, o fluxo e a disponibilidade da informação, seu acesso, uso e segurança, as transformações e os impactos que causam, são características de um novo paradigma tecnológico que não pode ser avaliado fora do contexto epistemológico social.

É relevante definir claramente o que se denomina “sociedade da informação” e entender a natureza exata dos desafios tecnológicos, ainda mais quando estes estão sendo vinculados tão rapidamente a um dos pontos cruciais para o futuro do planeta e da humanidade, a saber: a educação. Por este motivo colocam-se algumas reflexões advindas do crescimento exacerbado da informática aplicada à educação praticada nos dias atuais.

Para tanto se parte do pressuposto de que existe uma relação de interdependência e poder entre as seguintes variáveis: o advento da computação avançada; o uso indiscriminado e descontrolado da internet; a falta de capacitação adequada do profissional da educação; a quase que inexistência de consciência do educando enquanto ser livre e pensante; as lacunas sociais ocasionadas pela falta de políticas públicas de informação; o papel do mediador social.

Entende-se que alfabetizar, educar, capacitar e gerar oportunidades é dever de todos que compõem uma comunidade visando o aumento da capacidade de sobrevivência. Uma educação adequada ao aspecto sócio-histórico-cultural do indivíduo acarreta melhores opções no nível pessoal e social e, por conseguinte é um pré-requisito para uma verdadeira democracia e um governo mais eficiente e eficaz.

Neste contexto educar é criar no consciente do indivíduo a possibilidade de gerar uma ação que o faça participar e/ou atuar no mundo como agente transformador. Esta premissa corrobora com a atuação, tanto do educador como do educando.

Cabe buscar um esclarecimento sobre a confusão inerente à cultura tecnológica, principalmente nos países ditos subdesenvolvidos (emergentes), como o Brasil, enfatizando uma atuação analítico-crítica na região em questão. Esta confusão ocorre no âmbito terminológico quando se dá o uso do termo informática para determinar aspectos voltados às características específicas da computação. Seguramente, esta miscelânea terminológica acarreta conceitos equivocados e, por conseguinte, pré-julgamentos.

Computação é unicamente um compilamento de objetos lógicos (softwares) e físicos (hardware). Informática envolve aspectos de caráter social, cognitivo, computacional e abarca um somatório de diversas e diferentes áreas do saber humano. Dentro do novo paradigma tecnológico-social, encontramos uma avalanche de inovações de produtos e serviços, ligados por uma rede que contém características de diversas áreas do conhecimento.

Posta esta situação, se reflete sobre a real necessidade do uso de ferramentas informáticas num processo educativo, onde vários fatores aglutinam-se de forma a evidenciar uma forte e atuante exclusão social. Não só dos que usufruem as ferramentas (quando podem), mas também daqueles que acreditam estarem educando através delas. Como respaldo à colocação anterior, algumas colocações são pertinentes.

Imaginem por um instante um mundo, não tão longínquo, sem o advento da informática. Tanto sociólogos, como filósofos e educadores, já haviam abordado uma série de problemas inerentes à educação, num contexto globalizado. Ora, quando se lê a realidade sócio-histórico-cultural do Nordeste brasileiro, são encontrados problemas não resolvidos, que por si só, já tomam muita energia de todo os atores envolvidos. O surgimento de um novo paradigma tecnológico agrega ainda mais energia, sobrecarregando estes atores.

Atores, pois nesta revolução computacional e tecnológica, são meros e alienados representantes, infelizmente se observam poucos desses agentes sociais. Fala-se em informação democrática e desenvolvimento global, quando na verdade se fortifica a ideologia do individualismo e da competitividade exacerbada. Não obstante, deve-se admitir que para quem possui condições de acesso à computação, tanto a escrita como a leitura eletrônica acarreta uma revolução paradigmática no âmbito pedagógico. No entanto, isto não acarreta um aumento no hábito da leitura.

É importante entender que os problemas não resolvidos na educação e na política de informação democrática conectam-se ao passado, antes do surgimento de uma informática como campo de investigação científica ou ferramenta pedagógica.

Talvez o processo de informar – comunicar – educar auxiliado por ferramentas informáticas, sem considerar aspectos do habitat natural de cada indivíduo, não consiga minimizar um dos maiores problemas existentes, a saber: um imperialismo cultural ideológico camuflado num conhecimento democratizado. Assumindo este habitat e avaliando criticamente o contexto atual, não se consegue entender como a maioria das pessoas pode afirmar com tanta veemência que o conhecimento é democrático e libertador. Não se vê liberdade nem democracia.

Com esta compreensão se vê uma ação educadora voltada mais para a automação do ser do que para sua libertação. É aferido então, que o ser livre é aquele que sendo educado, (re)-educa e liberta o agente transformador preparando-o para uma ação social. Deve-se levar em conta que para educar através do uso de ferramentas informáticas haja uma intenção de assimilar o aparato tecnológico, acarretando uma política atuante no sentido de qualificar o educador. Todavia esta realidade não se observa tão notoriamente.

Como o indivíduo A pode educar o ser B, sobre a importância de uma biblioteca digital na rede global, se nem o educador nem o educando tem consciência do seu papel enquanto tal. Uma qualificação constante da competência profissional do educador, em concomitância com a conscientização do aprendiz enquanto ator social livre garante, em parte, uma competência competitiva social além de manter viva a relação do educador e educando.

Se por um lado existe uma fobia ao conteúdo curricular tradicional e às ferramentas de ensino convencionais, por outro lado existe uma corrida contra o tempo (tempo este inexistente e usado como desculpa) para criar, produzir, difundir e vender ferramentas informáticas.

Este receio sobre qual é a real ajuda que ferramentas informáticas podem trazer à metodologia pedagógica está associado ao não direito ao uso da informação, pois uma lei não é suficiente para garantir o acesso à informação. A política de informação vinculada a projetos onde aparecem a supervalorização, o desvio de verbas e a corrupção dentro dos órgãos oficiais do governo, complica a ação de educadores quanto ao uso de tais ferramentas.

Internet, bibliotecas digitais, educação à distância, escolas sem paredes e uma série de outras ferramentas informáticas não garantem o uso da informação por todos, nem sua acessibilidade. Concorda-se em que, o uso destas ferramentas tem tido resultados satisfatórios, em casos muitíssimos isolados e atingindo um número muitíssimo reduzido de pessoas.

Educar através destas ferramentas sem qualificar o educador é um dos aspectos mais inerentes à atualidade da educação local. Levam-se computadores e educadores semi-analfabetos à regiões onde as necessidades básicas não foram supridas ainda, tais como: comida e água de qualidade, esgotos tratados, moradia adequada, escolas e creches, melhores salários, hospitais, melhores condições de segurança social que deveriam ter prioridade de ação.

Não está adequada a afirmação de que o uso da Internet e de ferramentas informáticas é gratuito, pois não é cobrada taxa para educar a população. Gerar, produzir, transportar, organizar, registrar e disseminar a informação, independentemente do suporte utilizado tem um custo, portanto um valor de mercado.

Concorda-se com o binômio, informática educativa. Não se concorda com a atual relação entre esse binômio (contextualizado) e o processo pedagógico presente. Existe uma necessidade urgente de criar uma consciência coletiva das massas e das elites em relação à importância do uso de políticas de informação éticas e socialmente viáveis. Classes sociais, preconceitos, pré-julgamentos, níveis educacionais, ideologias mistificadas não corroboram com a criação de um humano livre, pensante e socialmente atuante.

Professores que utilizam novas mídias para ensinar, não pararam para refletir sobre como deveriam ser usadas essas ferramentas informáticas, e nem tiveram tempo para tal. O mercado impôs o uso do computador como tecnologia predominante.

Não foi provado que o uso de livros, cadernos, lápis e borracha são ineficazes e ineficientes. Na verdade, o suporte usado para educar não vem ao caso, mas sim como se dá à comunicação entre o educador e o educando. Se o primeiro não entender que é um mero mediador social, se pode usar qualquer ferramenta informática, que com certeza, o processo educativo não se realizará.

Há um convencimento de que um esforço na educação popular, com uso de ferramentas informáticas, tanto no campo como na cidade urbana, associado à uma capacitação do

educador, deve buscar um objetivo fundamental: o aprofundamento da conscientização da realidade do indivíduo.

Infelizmente, dentro das características atuais da educação no país se observa um aprofundamento das diferenças sociais e a manutenção e preservação das injustiças sociais. Não há uma adequada preservação e manutenção de escolas, creches, bibliotecas, arquivos museus, hospitais, ruas etc. Em paralelo se investe em tecnologia de ponta, páginas eletrônicas (e-gov), laboratórios hiper-sofisticados de computação, bancados por empresas transnacionais de tecnologia e uso da informática como meio pedagógico. Essas situações são reais e vigentes, concomitantes, todavia uma sobrepõe-se à outra.

De tudo que foi explanado e colocado, está situada a reflexão que o poder é inerente ao processo de inclusão tecnológica sobre a educação. Como agente transformador e pensador crítico este autor encontra-se refletindo não numa era da informação, mas numa era de confusão informática. De certo, estes pontos de vista serão estudados com maior amplitude e profundidade, ocasionando por sua vez, um campo desafiador na pós-graduação.

REFERÊNCIAS :

BELLEI, S. L. P. (2002). *O Livro, a literatura e o computador*. São Paulo: EDUC.

BERMAN, Y. & PHILLIPS, D. (2001). Information and social quality. *Aslib Proceedings*, 53 (5), 179-188.

CAMPOS, E. M. (1992). Sociedade e informação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 21 (1), 7-18.

CASTELLS, M. (2002). *A Sociedade em rede*. São Paulo; Paz e Terra.

FREIRE, P. (1987). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HOWKINS, J.; VALANTIN, R. (1997). *El desarrollo en la era de la información*. Ottawa: CIID.